

PROJOVEM ADOLESCENTE – FOCO NA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA NA CIDADE DE IGUATU – CE

Leudiane Holanda Lavor¹, Sandra Maijane Soares de Belchior², Maria José Soares de Belchior Pires³, Francisco Ivo Gomes de Lavor⁴, Verônica Cristian Soares de Belchior⁵, Matheus Lôbo Cavalcante⁶ & Izabela Letícia Wanderley de Andrade e Silva⁷

RESUMO: Observamos a adolescência em suas concepções e contextualização histórica. A adolescência, com sua diversidade, anseios, posturas, preocupações, tendências e comportamentos por vezes contraditórios que se move em busca da realização pessoal que muitas vezes se depara com as desigualdades sociais e barreiras impostas pelo sistema vigente na sociedade e geram revoltas e insubmissão, características da juventude. Portanto faz-se necessário formar cidadãos e cidadãs que vivam e construam uma sociedade melhor transformando esse sentimento de revolta em força revolucionária tornando esse jovem protagonista de sua própria história e de sua comunidade. Nessa linha de reflexão estudamos em que medida o trabalho pedagógico de protagonismo juvenil se efetiva no Programa PROJOVEM Adolescente de Iguatu.

1 INTRODUÇÃO

Como apresentado nos capítulos anteriores o atendimento no Brasil a crianças e adolescentes, por decorrer a pobreza, foram alvos de mera benesse e ainda contribui muito para o pouco desenvolvimento educacional, onde a minoria tinha e tem acesso a uma qualificação não adequada, acarretando uma exclusão social. Mas, esse quadro ainda perdura nos resultados vistos quanto aos alfabetizados funcionais, ou seja, pessoa que mesmo sabendo ler e escrever um bilhete simples, não consegue interpretar textos ou aplicar seus conhecimentos adquiridos, levando os à opressão.

Para Freire (2005, p. 7),

“a educação libertadora é incompatível com uma pedagogia que, de maneira consciente ou mistificada, tem sido prática a prática dominação. A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.”

Ou seja, a educação libertadora é aquela que se impõem para aqueles que se comprometem com libertação e promoção do cidadão, levando-o a uma consciência especializada, sabendo ver, julgar e agir diante dos contextos impostos pela sociedade opressora, e não como seres vazios a que o mundo enche de conteúdos de forma mecanicista e utilitarista, próprio para ser expropriado até

Recebido em: 03/03/2020 e publicado em: 08/04/2020.

¹Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará- UECE e pós graduação em Gestão Social pela FAMETRO - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza. E-mail: leudiane_lavor@hotmail.com.

de sua própria vida. Paulo Freire (2003) adianta que a alfabetização é construir a leitura e a escrita crítica e participativa, de forma que os alunos tenham uma participação social efetiva e que possam transformar a realidade em que vivem. Nesse contexto, vale ressaltar que os documentos e instrumentais que estão sendo produzidos pelo governo e sociedade civil, particularmente o Traçado Metodológico do Projovem Adolescente, proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, possuem conteúdos consistentes na direção ao objetivo de promover o protagonismo juvenil, por meio do reconhecimento desses enquanto sujeitos de direitos sociais e de cidadania.

Para Demo (1994, p. 31),

“enquanto o assistencialismo é estratégia e manutenção das desigualdades sociais, a assistência corresponde a um direito humano. Certamente, devemos aceitar que assistência não é propriamente a solução, pois assistir não é solucionar. (...) Cabe ao Estado cumprir adequadamente esse dever, sobretudo não rebaixar assistência a assistencialismo (...) É nesse contexto, que hoje se discute muito metodologias produtivas e participativas no campo das assistências, como expedientes criativos emancipatórios, sempre que possível. A meta da assistência é assistir, obviamente, mas sempre que possível, deve-se assistir de tal

forma que se favoreçam atividades de produção e participação.”

A proposta do Programa Projovem Adolescente é pautada numa cidadania não tutelada, mas em favor da autonomia do ser, pois

“o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” (FREIRE, 1996, p. 59).

Ao buscarmos essa autonomia passamos a fazer parte da construção de uma nova cultura de participação em espaços decisórios no campo de políticas públicas, cobrando junto ao governo.

O governo federal em conjunto com a sociedade civil organizada, em 2004, instituiu o Grupo Interministerial da Juventude, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República com 19 Ministérios e Secretarias, diante da realidade brasileira que clama por ações efetivas, como relata o texto publicado no site do ministério do desenvolvimento social, que segue:

O Brasil tem 48 milhões de habitantes entre 15 e 29 anos, dos quais 34 milhões têm entre 15 e 24 anos. É nesta faixa etária que se encontra a parte da população brasileira atingida pelos piores índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, mortes por homicídio, envolvimento com drogas e com a criminalidade. Para enfrentar esses desafios, foi instituída a Política Nacional de Juventude, por meio da Medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República em 1º de fevereiro de 2005, já aprovada pelo Congresso Nacional e transformada em lei. No mesmo ato, o Presidente criou o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Pela primeira vez na história, o País passa a contar com uma política de Estado voltada para os jovens. A implantação da Política Nacional de Juventude é fruto da reivindicação de variados movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Poder Legislativo e do Governo Federal. O relatório da Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude da Câmara dos Deputados, as conclusões do Projeto Juventude, coordenado pelo Instituto Cidadania com mais de 40 organizações da sociedade, e a criação de secretarias de Juventude em Estados e Municípios confirmam essa tendência (BRASIL, 2010d).

Instituiu-se, assim, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, financiado com recursos federais, apresentando quatro modalidades sediadas em Ministérios conforme sua natureza e área de atuação:

a) O Projovem Urbano, sediado no MEC, implantado em todas as capitais e no Distrito Federal. Atende moças e rapazes com 18 a 24 anos de idade que terminaram a quarta

série, mas não concluíram o Ensino Fundamental e que não têm emprego com carteira profissional assinada;

b) O Projovem Rural, com a programação dos “Saberes da Terra”, sediado no MEC com implantação gradativa a partir da adesão dos Governos Municipais;

c) O Projovem Trabalhador, sediado no MTE, realizado também a partir de convênios com os Governos Municipais, possibilita a formação profissional com cursos de qualificação no arco de ocupações apresentado pelo projeto local, contemplando ações de 200 a 300 horas de formação;

d) O Projovem Adolescente, sediado no MDS, mediante adesão do Governo Municipal, atende exclusivamente a faixa etária de 15 a 17 anos; é um serviço socioeducativo, que integra as ações de proteção social básica do sistema único de assistência social, com objetivos de complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

2 Socioeducativo – Traçado Metodológico do Projovem Adolescente

As ações qualificadas como socioeducativas, no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (2004) são voltadas a: assegurar proteção social e promover a Defesa e afirmação dos direitos à emancipação, autonomia e cidadania, proporcionando aprendizagens que são construídas na interação entre os jovens e os diversos contextos nos quais estão inseridos; criar oportunidades de identificação e talentos dos jovens e, Desenvolver as potencialidades juvenis, por meio da apropriação e sistematização de informações e saberes para a atuação crítica e proativa no mercado de trabalho e em seu meio societário.

O Projovem Adolescente, sediado no MDS, mediante adesão do Governo Municipal, atende exclusivamente a faixa etária de 15 a 17 anos; é um serviço socioeducativo, que integra as ações de proteção social básica do sistema único de assistência social, com objetivos de complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Podem participar os jovens pertencentes às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, os egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente, os que estão em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme a lei citada, os egressos do programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, os egressos ou vinculados a programas de combate à violência, ao abuso e à exploração sexual (BRASIL, 2010e).

PROJOVEM adolescente – foco na realização do programa na cidade de Iguatu – CE

Os objetivos do Programa alargam-se por 17 multidimensões do universo juvenil, sendo 2 gerais e 15 específicos, a serem alcançados no transcurso dos 24 meses de vivência no Programa. São objetivos gerais: Complementar a Proteção Social Básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária; e, criar meios para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Já os objetivos específicos estão interconectados com as dimensões formativas da matriz socioeducativa, aos temas transversais e aos eixos estruturantes do PJA, abarcando noções de cultura, esporte e lazer, saúde, cidadania, ética e direitos humanos, mundo do trabalho, pluralidade cultural e protagonismo comunitário, quais sejam: a) desenvolver potencialidades e estimular aptidões, talentos, auto-estima, autodeterminação e autonomia dos jovens; b) ampliar as referências culturais dos usuários por meio da criação, produção e fruição de bens culturais; c) contribuir para a ampliação das oportunidades de fruição da cultura, esporte e lazer; d) compartilhar conhecimentos sobre saúde sexual, direitos reprodutivos, DST's, AIDS, gravidez na adolescência, drogas, enfatizando a prática do autocuidado e do cuidado com outrem; e) promover o desporto e o lazer tendo como norte os princípios de solidariedade e de atendimento das necessidades humanas; f) refletir sobre a relação ser humano e natureza, colaborando para a estruturação de sentido crítico e colaborativo ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável; g) impulsionar a aquisição de conhecimentos acerca da dimensão do trabalho, com vistas a aprofundar habilidades e conhecimentos indispensáveis à vida laboral; h) informar os jovens quanto ao reconhecimento de suas aptidões e necessidades para a construção de um projeto pessoal e/ou coletivo de desenvolvimento profissional; i) fomentar a inserção no universo digital e das novas tecnologias, ampliando as habilidades comunicativas, aptidões cognitivas e sensibilidades éticas e estéticas; j) redimensionar nos jovens as suas menções sobre valores humanos e noções de cidadania; k) cultivar o potencial de discernimento.

A idealização e o direcionamento metodológico das ações socioeducativas no Programa foram formatadas a partir dos três eixos estruturantes com vistas ao progresso integral dos jovens nas variadas dimensões de suas vidas, seja enquanto indivíduo, cidadão ou futuro profissional, em espaços de vivência familiares, comunitárias e sociais mais amplos. Nesse contexto, os eixos estruturantes abarcam as seguintes dimensões:

[...]Convivência social, com a valorização da pluralidade e da singularidade da condição juvenil, de suas formas particulares de sociabilidade, da criação de vínculos e interação com seus pares, com a família, a escola, o mundo do trabalho e a comunidade. [...] Participação cidadã, através da sensibilização para os desafios da realidade

socioeconômica, cultural, ambiental e política de seu meio social; reconhecimento de direitos; estímulo às práticas associativas e a todas as formas de expressão, aos posicionamentos e visões de mundo no espaço público. [...]Mundo do Trabalho, por meio de introdução aos conhecimentos, técnicas e práticas sobre o mundo do trabalho, desenvolvimento de habilidades gerais; orientação para a escolha profissional consciente e com visão crítica; inclusão digital e nas tecnologias de comunicação, associando o trabalho à realização pessoal e à transformação da realidade (BRASIL, 2008d, p.15)

Este alicerce estruturante e integrado contribui para um processo formativo que pretende contribuir para que os jovens e apropriem criticamente dos conhecimentos sociais e historicamente acumulados, cultivem e adensem os valores éticos e democráticos e se constituam individual e coletivamente como cidadãos de direitos comprometidos com a transformação através dos seis temas transversais, com as respectivas propostas de conteúdos e atividades teóricas e práticas.

Este encadeamento metodológico direciona o desenvolvimento das ações socioeducativas do Projovem Adolescente em nível nacional. Os conteúdos dos temas transversais, interconectados entre si pelos eixos estruturantes seguiram as diretrizes idealizadas no Tratado Metodológico, pautados em dimensões e princípios orientadores, com o fim de nortear o fazer pedagógico das ações socioeducativas, o trabalho do orientador social e dos demais profissionais. Esses temas transversais estão assim distribuídos: Juventude e Direitos Humanos e Socioassistenciais;

3 Juventude e Cultura; Juventude e Esporte e Lazer; Juventude e Meio Ambiente; Juventude e Saúde; Juventude e Trabalho

Uma vez que a concepção metodológica do Projovem Adolescente tem como meta principal o desenvolvimento integral dos jovens, abarcando e articulando inúmeras dimensões de sua vida enquanto indivíduo, cidadão e doravante profissional, promovendo vivências de práticas, oferecendo a aquisição de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades para empreenderem os seus projetos de vida pessoais e coletivos, transformadores e comprometidos com bem comum (BRASIL, 2008e), as dimensões metodológicas norteadores estão assim esquematizadas: dimensão dialógica, reflexiva, cognitiva, afetiva, ética, estética e lúdica.

No referido programa os adolescentes se organizam em grupos (entre 07 á 25 adolescentes), chamados de coletivo. O coletivo deve funcionar na comunidade em que residem os adolescentes e terem um

espaço físico como ponto de encontro do grupo e apoio para as atividades desenvolvidas, onde geralmente são escolas, prédios de associações, complexos e outros. Estes coletivos estão referenciados a um Técnico da equipe interdisciplinar (Assistente Social ou Psicólogo ou Pedagogo ou outro) do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Fica clara a importância da constituição dos Coletivos como espaços de espaço relacional e de convívio, instância organizativa, deliberativa, gestonária, grupo orientado para a ação, contraponto ao individualismo, sendo vetor de transformação social nestes territórios, pois assim o envolvimento e o sentimento de pertencimento, o que se resulta através do conhecer da forma integrada com outros adolescentes, tomando assim, um posicionamento frente às dificuldades encontradas neste território, sob um novo olhar para essa realidade.

A proposta acima está dividida em dois ciclos, ou seja, Ciclo I no qual se forma o Coletivo, tornando-se um lugar de convívio e contribuindo para desenvolvimento integral do adolescente e o Ciclo II que, após sua constituição, propicia ao Coletivo, interação e participação na comunidade, bem como, reflexão e formação para o mundo do trabalho. Toda essa dinâmica tem duração de dois anos, com um total de 1200 horas.

De acordo com o Traçado Metodológico, o Ciclo I objetiva:

“estabelecer o Coletivo de jovens como espaço de convívio cooperativo, afetivo, lúdico e solidário. Propiciando oportunidades para o desenvolvimento da criatividade, valorizando ações e reflexões sobre valores éticos, sobre a formação para o mundo do trabalho e a cidadania, de forma participativa e democrática” (BRASIL, 2009b, p. 45).

E o Ciclo II:

“estabelecer o Coletivo de jovens como espaço de formação, envolvendo a troca de novos conhecimentos, a inclusão digital, a orientação para a qualificação profissional e o desenvolvimento de experiências práticas, planejadas coletivamente a partir dos interesses comuns às vidas social e profissional dos jovens” (BRASIL, 2009f, p. 46).

Os instrumentais que auxiliam neste processo são chamados de Cadernos e tem os objetivos e a programação detalhada das ações com os Coletivos, os quais orientam passo a passo metodologicamente, envolvendo os temas transversais, e instrumentaliza o trabalho socioeducativo e contribuem com o direcionamento para organização dos espaços educativos e a

convivência com e entre os jovens, norteando e subsidiando a práxis do orientador nos Coletivos;

RECURSOS HUMANOS DO PROGRAMA:

- Orientador Social: dedica semanalmente para cada coletivo sob sua responsabilidade, sete horas e meia para o desenvolvimento de atividades-fim e duas horas e meia para as atribuições voltadas ao planejamento, contatos com outros profissionais da equipe, reuniões de capacitação com técnicos do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e da Secretaria Assistência Social do município e acompanhamento individualizado dos adolescentes dos núcleos que orienta. O orientador social pode coordenar o trabalho em no máximo quatro coletivos (BRASIL, 2008a).

Em conformidade com o Caderno Subsídios à Regulamentação do PJA (2008), a escolha do profissional para exercer o trabalho de orientador social, deverá atentar para as seguintes características:

“a) Ensino Médio, como condição mínima de escolaridade para admissão e formação prioritária em Ciências Humanas ou Sociais; b) Experiência de atuação em projetos sociais; c) Conhecimento da Política Nacional de Assistência Social, da Política Nacional de Juventude e do Estatuto da Criança e do Adolescente; d) Noções fundamentais de direitos humanos; e) Sensibilidade para as questões sociais e da juventude; f) Conhecimento da realidade e do território; g) Boa capacidade relacional e de comunicação com os jovens.”

- Orientador Profissional: Desenvolve diretamente com os jovens, os conteúdos e atividades de Introdução à Formação Técnica Geral, durante o Ciclo II ; participa das atividades de orientação do Programa; e, estabelece relação estreita com o orientador social para garantir a integração das atividades de Formação sobre sua responsabilidade e demais ações do Projovem Adolescente. □ Facilitador de Oficina: profissionais com formação específica ou reconhecida atuação nas áreas de cultura, esporte e lazer, para o desenvolvimento de trabalhos nestes campos junto com os jovens.

4 Desenvolvimento do Programa Projovem Adolescente no Município de Iguatu.

O funcionamento do Programa Projovem Adolescente se dar mediante adesão da gestão municipal representado pelo Gestor da Secretaria Municipal de Assistência Social e Prefeito junto ao Ministério de Desenvolvimento Social do Governo Federal, com a

PROJOVEM adolescente – foco na realização do programa na cidade de Iguatu – CE

pactuação de recurso federal e compromissos por parte dos municípios.

Ao à Secretaria Municipal de Assistência Social aderir, no ano de 2008, ao Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo, a gestão municipal de assistência social assumiu compromissos que vai muito além da decisão de acessar recursos federais para ofertar atividades aos jovens. Pois este programa tem toda uma concepção e orientações metodológicas então faz-se necessário uma estruturação para o funcionamento das atividades sócio educativas, podemos citar: Mobilização dos adolescentes (público alvo do programa), contratação e capacitação da equipe, estabelecer parcerias para o espaço de funcionamento, planejamento das atividades e avaliação da efetividade do programa.

Faremos uma breve comparação reflexiva entre o funcionamento do programa em Iguatu e a Pesquisa qualitativa de avaliação da implementação do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo realizada pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, abril de 2010.

5 Implantação e Gestão do Serviço

“Em vários dos municípios visitados, a vitória da oposição nas urnas havia acarretado a interrupção parcial ou total da oferta do serviço, inclusive, com relatos de depredação das instalações e equipamentos anteriormente utilizados.”

Com a implantação do Programa (PJA) no ano de 2008, ano de eleições municipais, em Iguatu não houve ruptura na implantação do programa nem nos anos seguintes por acontecimento de reeleição do atual prefeito. Porém o programa (PJA) não estava em seu pleno funcionamento pois passava pelo período de implantação nos termos de capacitações no âmbito estadual para os gestores municipais, mobilização dos adolescentes nos territórios pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) integrado ao Programa Bolsa Família (PBF) , cadastros nos Sistemas online do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), Identificação e organização dos espaços nas comunidades para acolher o coletivo de adolescentes.

“A inexistência de profissionais qualificados para o trabalho com os jovens foi também apontada como um grande problema para a execução do PJA. Mesmo nos municípios de maior porte, onde há mão de obra qualificada, o recrutamento de profissionais com o perfil exigido pelo MDS para compor as equipes de referência é difícil, em razão dos baixos salários pagos a eles.”

Inicialmente o pagamento da equipe era de responsabilidade inteiramente dos municípios, portanto

eram pago o valor de um salário mínimo para os orientadores. Porém o MDS atento a essa questão introduziu na Portaria nº 171, de 26 de maio de 2010, dispositivo que autoriza a utilização dos recursos provenientes do piso básico variável para o pagamento da remuneração dos profissionais de nível médio e superior e das equipes de referência dos CRAS.

Como os critérios do MDS para orientadores sociais dar espaço para os orientadores terem o ensino médio ou superior, a gestão de Iguatu aproveitou a oportunidade de melhoria de salários para os orientadores e adotou o critério para os orientadores sociais terem formação de ensino superior, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços ofertados nos coletivos pois teria profissionais com um nível de estudo e pesquisa avançado , abriu o campo de trabalho para os formandos do município e com uma remuneração razoável a cidade do Interior de dois salários mínimos. Porém estes profissionais passam por uma capacitação continuada sempre atualizando e aperfeiçoando o trabalho com adolescentes.

6 Infraestrutura do serviço

“Uma queixa ouvida em todos os municípios refere-se à precariedade da infraestrutura física disponível para a oferta do serviço. Além de inadequados, muitos dos locais nos quais ocorriam as atividades socioeducativas eram distantes das residências dos jovens atendidos, obrigando-os a percorrer longos trechos a pé. Em vários municípios, foram constatados também problemas na logística de distribuição dos cadernos que compõem o traçado metodológico – o material havia chegado atrasado e/ou em quantidade insuficiente.”

Em Iguatu hoje conta com 25 coletivos com uma variação entre 07 A 30 adolescentes por coletivos, localizados nas áreas de maior vulnerabilidade social proporcional ao maior número de adolescentes vinculados ao coletivo. Porém tem coletivos que concentram adolescentes das comunidades circunvizinhas, principalmente na zona rural do município. O espaço a ser utilizado como ponto de encontro dos adolescentes todos são compartilhados, podemos citar: escolas, prédios de associação comunitária, CRAS, onde a estrutura não é planejada exclusivamente para o desenvolvimento de atividades sócio – educativas.

Na cidade temos um Complexo de Proteção Social ao Adolescente e um Complexo Poliesportivo e esta em construção, parceria com o Governo Federal, um Polo de Convivência para Crianças e Adolescentes no Bairro João Paulo II, uma Praça dos Esportes e da Cultura no Bairro Novo Iguatu, um CRAS no Bairro Vila Neuma e reformas em algumas escolas e foram reformados os espaços de lazer, entre outras construções.

Considerando o período da pesquisa, não havia concluído os cadernos que orientam o trabalho do Projovem Adolescente e não havia ainda o acesso pelos municípios. Em Iguatu gradualmente quando foi tendo acesso esses cadernos eram repassados cópias para as equipes, trabalhados através de capacitações continuadas, e acompanhados a implantação. Antes disso eram trabalhados os temas transversais adotando materiais de estudo e didáticos de outros programas de atividades sócio educativo.

7 Avaliação e monitoramento

“Em metade dos municípios pesquisados, não havia sistematização de atividades de planejamento ou avaliação, nem instrumentos adequados para realizá-las. Em geral, nas localidades onde ocorriam as atividades de planejamento e avaliação, não havia a participação dos facilitadores de oficinas. No entanto, entrevistados de todos os municípios afirmaram que a opinião dos jovens era levada em consideração no momento de planejamento das atividades.”

Hoje o Programa conta com uma coordenação pedagógica onde realiza toda semana capacitações e planejamentos das atividades. Participa destes encontros toda a equipe de profissionais dos coletivos (orientadores e facilitadores), equipe de Referência dos CRAS e dependendo do tema transversal conta com a participação de profissionais da rede socioassistencial (saúde, educação, esporte, cultura, meio ambiente, etc.).

Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos? [...] Preciso, agora saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo, menos estranho e distante dela. (FREIRE, 2003, p. 137).

E o trabalho sócio educativo com adolescentes não poderia deixar de levar em consideração a opinião dos adolescentes e a particularidade da realidade de cada coletivo. A avaliação é realizada sistemática através de relatórios escritos e fotográficos, elaboração anual de portfólios pelos adolescentes, e avaliação quantitativa da frequência dos adolescentes.

8 Principais efeitos observados e expectativas

“As mudanças comportamentais foram apontadas como os principais efeitos de correntes da participação dos jovens no serviço. Os profissionais reconheceram mudanças na postura dos adolescentes diante dos estudos (mais responsáveis e esperançosos), de suas famílias (mais afetuosos, respeitosos e interativos), da comunidade em que viviam (mais atuantes,

algumas vezes engajando-se em atividades em favor da comunidade) e da própria vida (desenvolvendo perspectivas mais estruturadas de futuro). As impressões dos profissionais foram confirmadas pelos jovens nos grupos focais realizados pelos consultores.”

Com uma participação de 70% dos adolescentes vinculados aos coletivos, sendo esses adolescentes com o perfil já comentado anteriormente neste trabalho, podemos concluir que estão em acompanhamento no seu desenvolvimento psicossocial por uma equipe em contínua formação e por políticas de direitos que estão focados neste público.

Em Iguatu já se concluíram duas vezes os dois ciclos do Projovem (Primeiro em Julho de 2010 e depois em Julho de 2012, pois cada ciclo tem a duração de 12 meses), a cada encerramento os coletivos da mesma área de abrangência (tem comunidade que conta com mais de um coletivo) elaborou e realizou um Projeto de Participação Cidadã na comunidade mediante um problema detectado e um plano de atuação, sendo tudo realizado pelo adolescente com a coordenação do orientador social e suporte pelo técnico de referência do CRAS, contribuindo para a efetivação do Protagonismo do adolescente, ao qual ele vinha sendo trabalhado. Entre os projetos podemos citar:

- COLETIVO: Dra. Ózia Carvalho (Bairros: Alto do Jucá e Prado), PROJETO: Jovem Cult- jovens disseminando Cultura , OBJETIVO: Difundir a cultura entre os jovens, tendo como protagonistas os adolescentes do Coletivo Ózia carvalho e o público alvo 9 crianças em situação de vulnerabilidade dos bairros)
- COLETIVOS: Maikon Pereira Alves e Guerreiros de Fé (Bairros: Vila Neuma e Vila Moura) PROJETO: De Bem Com a Vida OBJETIVO: Desenvolver ações socioeducativas de prevenção ao uso de drogas ilícitas, com adolescentes dos bairros Vila Neuma e Vila Moura.
- COLETIVO: Célia Cardoso (Bairro Chapadinha), PROJETO: Conhecer Para Preservar, OBJETIVO: Proporcionar reflexões e ações que levem a degradação do Meio Ambiente na comunidade, através de 60 adolescentes do Bairro Chapadinha.
- COLETIVOS: SWAT – Força Tática e Os Guerreiros (Vila Penha e Fomento), PROJETO: MAPEAR (Mobilização de Adolescentes Promovendo Educação Ambiental pelo rio Jaguaribe), OBJETIVO: Desenvolver atividades de combate a poluição do Rio Jaguaribe com moradores das comunidades do Cardoso, Penha e Fomento.
- COLETIVO: Força Ativa dos Jovens do Alencar - FAJA (Alencar Sede), PROJETO: Reciclando

PROJOVEM adolescente – foco na realização do programa na cidade de Iguatu – CE

- Com as Mãos, OBJETIVO: Promover uma campanha socioeducativa com a comunidade da sede do Distrito José de Alencar, sobre a problemática ocasionada pelo acúmulo e despejo do lixo, em locais inadequados.
- COLETIVO: FLORES (Bairros: Flores, Brasília e Tabuleiro), PROJETO: Drogas Não Combinam Com Você, OBJETIVO: Proporcionar maior integração e melhorar o condicionamento físico dos pacientes do CAPS AD, usuários de drogas lícitas e ilícitas, oferecendo-lhes atividades físicas, palestras, pinturas, confecção de cartazes, sobre o uso de danos e consequências que as drogas causam.
 - COLETIVO: Buscando Sonhos (Bairros: Jardim Oásis e Areias), PROJETO: Vivendo a Infância, OBJETIVO: Promover atividades recreativas que possam fortalecer a integração e a socialização das crianças dos bairros Jardim Oásis e Areias.
 - COLETIVO: Future Boys – Garotos do Futuro (Sítio Barreiras dos Paraibanos), PROJETO: RHV – Resgatando História de Vida, OBJETIVO: Proporcionar uma integração entre idosos e adolescentes através do resgate de histórias de vida, revivendo momentos de alegria, descontração e experiências vividas na comunidade de Barreiras.
 - COLETIVO: Semeando o Futuro (Bairro João Paulo II), PROJETO: AQUARELA, OBJETIVO: Promover atividades recreativas para o fortalecimento da socialização integrando o indivíduo ao meio social, facilitando o agrupamento por idade ou afinidade, contribuindo com o sistema de valores e desenvolvimento emocional.
 - COLETIVO: Pro Juventude (Sítio Barra), PROJETO: Teatro Esperança – Resgatando a Arte, OBJETIVO: Motivar a participação da atividade cultural de crianças e adolescentes que residem na comunidade do Sítio Barra e comunidades vizinhas, através de ações que incentivem e fortaleçam as atividades culturais presentes.
 - COLETIVO: Alice Menina de Deus (Sítio Barro Alto), PROJETO: Xô Sujeira, OBJETIVO: Sensibilizar e mobilizar a comunidade a prática de ações na preservação do Meio Ambiente e minimizar os impactos causados pelo lixo gerados pela comunidade.
 - COLETIVO: Juntos Somos Mais Fortes (Bairros: Santo Antônio e Sete de Setembro), PROJETO: Ciranda da Leitura, OBJETIVO: Promover o hábito da leitura, através de atividades educativas e culturais para crianças assistidas pelos Programas Sociais e estudantes das escolas das comunidades do Santo Antônio, Sete de Setembro e Cocobó.
 - COLETIVO: Raimunda Chaves Clementino e Expressando Arte (Bairro COHAB), PROJETO: Recreação e Cultura em Ação, OBJETIVO: Oportunizar as atividades lúdicas, oficinas de recreação e cultura à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidades e risco social, moradores dos Bairros COHAB I, II e III.
 - COLETIVO: Força Jovem (Bairro Vila Centenária), PROJETO: Companhia do Sorriso, OBJETIVO: Incentivar o protagonismo juvenil através do desenvolvimento de ações humanizadas com pacientes internos na Ala Pediátrica do Hospital Regional de Iguatu “Dr. Manuel Batista de Oliveira”.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os adolescentes foram incluídos em atividades de inclusão digital, cursos de preparação para o mercado de trabalho, encaminhados para estágios remunerados, participaram de atividades de fortalecimento de vínculos familiares, etc. O programa desenvolveu as atividades socioeducativas que é destinado e contou com uma considerada participação de seu público alvo, das famílias e da comunidade.

10 REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- DEMO, P. Política social, educação e cidadania. Campinas/SP: Papyrus, 1994.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Traçado metodológico. – 1. ed. – Brasília: 2009a.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – Secretaria Nacional de Avaliação e Gestão da Informação. Pesquisa Qualitativa de Avaliação da Implementação do Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo. Brasília, abril 2010.
- BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Traçado metodológico. – 1. ed. – Brasília: 2009a.
- _____. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo: Caderno do Orientador: Ciclo I: Percurso Socioeducativo I: “Criação do Coletivo”. 1. ed. Brasília, 2009b.
- _____. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo: Caderno do Orientador Social: Ciclo I: Percurso Socioeducativo II: “Consolidação do Coletivo”. 1. ed. Brasília, 2009c.
- _____. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo: Caderno do Orientador Social: Ciclo I: Percurso Socioeducativo III: “Coletivo Pesquisador”. 1. ed. Brasília, 2009d.

_____. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo: Caderno do Orientador Social: Ciclo I: Percurso Socioeducativo IV: “Coletivo Questionador”. 1. ed. Brasília, 2009e.

_____. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo: Caderno do Orientador Social: Ciclo II: Percurso Socioeducativo V: “Coletivo ArticuladorRealizador”: Participação cidadã. 1. ed. Brasília, 2009f.

_____. Projovem Adolescente: Serviço Socioeducativo: Caderno do Facilitador da FTG: Ciclo II: Percurso Socioeducativo V: “Coletivo ArticuladorRealizador”: Formação Técnica Geral. 1. ed. Brasília, 2009g.